

**GUILHERME DE OCKHAM: SOBRE A ANÁLISE LÓGICA E AS
MÔNADAS**

**WILLIAM OF OCKHAM: ABOUT THE LOGICAL ANALYSIS AND
THE MONADS**

*Leandro Sousa Costa*¹

Recebido em: 07/2018
Aprovado em: 08/2018

Resumo: Este artigo tem como objetivo mostrar como a análise lógica de Ockham elimina o problema a respeito da existência dos termos universais na realidade e trás à tona a sua doutrina semântica nominalista. A argumentação tem como escopo a tese de que o trabalho de redução ontológica dos entes evidencia uma realidade composta de mônadas – entidades essenciais, simples e de caráter singular. A ontologia do filósofo, contudo, só é explicitada a partir do princípio metodológico da parcimônia, isto é, a não multiplicação dos entes desnecessariamente – a *Navalha de Ockham*.

Palavras-chave: análise lógica; doutrina semântica; mônada, navalha de Ockham.

Abstract: This article has as its objective to show how Ockham's logical analysis eliminates the problem despite the existence of the universals terms in the reality and brings to light his nominalist semantic doctrine. The argumentation has as scope the thesis that the work of the ontological reduction of beings puts in evidence a reality composed from monads – essential entities, simple and of singular character. The philosopher's ontology, however, is only made explicit from the methodological principle of parsimony, that is, the non-multiplication of the beings unnecessarily – the Occam's Razor.

Keywords: logical analysis; semantic doctrine; monad; Occam's razor.

Introdução

A redescoberta do pensamento de Guilherme de Ockham deu-se recentemente graças ao trabalho de inúmeros especialistas que se debruçaram sobre seus textos no intuito de dissolver controvérsias e reconstruir uma leitura coerente de suas teses. Tal empenho dissociou o pensamento de Ockham do ockhamismo, bem como de equívocos interpretativos a que sua filosofia fora alvo e, ao mesmo tempo em que o pensador é (re)colocado adequadamente dentro

¹ Doutorando em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Professor do curso de Filosofia da Universidade Estadual do Paraná. E-mail: leandro_kallas@hotmail.com

da tradição a que pertencera – a escolástica, trouxe à tona suas contribuições mais significativas na lógica, na filosofia da linguagem e na filosofia da ciência da Idade Média. Quando falamos recentemente, nos referimos a um período de aproximadamente trinta ou quarenta anos atrás e Boehner, Moddy e Vier são alguns (embora existam outros) dos especialistas que assumiram essa tarefa.

O nosso objetivo é mostrar como a análise lógica de Ockham elimina o problema a respeito da existência dos termos universais na realidade e trás à tona a sua doutrina semântica nominalista. Nesse sentido, o trabalho de redução ontológica dos entes evidencia uma realidade composta de mônadas – entidades essenciais, simples e de caráter singular. A ontologia do filósofo é explicitada a partir do princípio metodológico da parcimônia, isto é, a não multiplicação dos entes desnecessariamente ou, como é amplamente conhecida, a “Navalha de Ockham”. Para esta pesquisa, vamos utilizar a publicação espanhola do volume I da *Suma de Lógica* (1994), texto em que o autor se dedica a desenvolver uma análise minuciosa dos *termos* na proposição. Não pretendemos, obviamente, esgotar a temática, mas apresentar alguns elementos da discussão e indícios para outros desenvolvimentos.

Metodologicamente desenhamos o seguinte quadro: o primeiro momento do texto apresenta algumas considerações a respeito do nominalismo no pensamento do filósofo inglês no intuito de apresentar o ponto de partida de suas discussões e mostrar os principais elementos envolvidos em sua abordagem a respeito do universal. Em seguida, vamos discutir como a análise lógica ockhamiana assegura a existência do singular e postula uma economia racional das coisas ao propor a não multiplicação de entes em uma explicação. O estatuto ontológico do singular configura, no pensamento do autor, uma ciência do singular e, portanto, uma monadologia. Por fim, apresentaremos o esboço de sua doutrina semântica que tenta dar conta de uma ontologia do singular.

A partir dessas considerações, passemos ao desenvolvimento de nossa investigação colocando em pauta, primeiramente, o nominalismo ockhamista.

O nominalismo na filosofia de Guilherme de Ockham

Um aspecto fundamental na filosofia de Guilherme de Ockham é que o seu nominalismo resulta de suas investigações lógicas. O princípio da parcimônia, mais conhecido por *Navalha de Ockham*, é, por excelência, o instrumento de análise adotado pelo filósofo no desenvolvimento de seu trabalho. Esse princípio, contudo, não é um projeto inaudito do

pensamento ockhamista, pois é possível notar em outros autores medievais a constante utilização desse *método* e, para alguns interpretes, como Raimundo Vier (1997a), a formulação desse princípio pode ser encontrada já no pensamento aristotélico. O uso da *Navalha* permite a Ockham desenvolver um programa de crítica à metafísica ao propor uma redução ontológica dos entes, por conseguinte uma eficiência na explicação racional da realidade, no sentido de não postular entes sem necessidade.

É possível, desse modo, verificar que há um caráter fundamentalmente empirista nas teses filosóficas elaboradas por Ockham, pois a sua crítica se constrói a partir do conhecimento dos particulares² concretos. Fora da mente, para ele, só existe o particular e, por isso, o universal não pode ser portador de substancialidade. Tudo o que existe, portanto, é o particular e o universal existe apenas na alma como signo. As ideias de gênero e espécie, como fórmulas de explicitação da essência das coisas, não são realidades que existem efetivamente, mas são estruturas conceituais formadas pelo intelecto para exprimir a essência da coisa e significá-la, embora não seja a coisa.

Os conceitos universais, quando aparecem em uma proposição, são *significativos*, isto é, supõem por um objeto, mas, na percepção ockhamiana, sempre estão se referindo às coisas particulares. Gênero e espécie ao serem representados na linguagem por meio de signos são atribuídos às coisas para representá-las. A concepção de Ockham constata que é um equívoco tomar o universal, que representa o particular, como existente na realidade, pois “qualquer universal é uma coisa singular, e por isso não é universal senão pela significação [pela substituição], porque é signo de vários.”³ (OCKHAM, 1994, p. 64)

O universal é consequência do conhecimento das coisas particulares, ou seja, o postulado do universal é possível por generalização dos particulares existentes, pois, para Ockham, o intelecto capta primeiramente o singular. Temos, com isso, a ideia de que o conhecimento de uma coisa, por meio da intelecção, expressa o conhecimento de um objeto particular que está fora da mente e não de um signo. É possível dizer, então, que, na perspectiva ockhamista, o objeto particular é uma realidade anterior ao ato da intelecção. Ora, o conhecimento do singular é o primeiro passo do processo cognitivo e é mediado pela experiência. Podemos traduzir isso tomando a ideia de que o conhecimento do singular é um ato intuitivo.

² Vamos adotar as expressões *particular*, *singular* e *individual* como expressões sinônimas para o trabalhamos que desenvolveremos aqui.

³ Tradução nossa: “cualquier universal es una cosa singular, y por eso no es universal sino por la significación, porque es signo de varios.”

A discussão apresentada pelo filósofo nos apresenta que no instante inicial do processo cognitivo o existente é particular. Começa a despontar nessa proposição o nominalismo na filosofia do *Venerabilis Inceptor*. Para o pensador, os termos universais tem seu significado apenas como fórmulas de representação da organização de múltiplos singulares existentes em torno de uma ideia mental. Noutros termos, o universal não existe na realidade, pois ela composta apenas por coisas particulares. A *realidade* do universal é apenas mental (Cf. OCKHAM, 1994, p. 66). Por isso, o universal é somente um instrumento de trabalho para pôr a linguagem em funcionamento. Os universais não possuem um valor objetivo, “é só o conteúdo, e não a universalidade que [...] corresponde à realidade. O caráter de universalidade e de espiritualidade inere exclusivamente aos conceitos universais, e de nenhum modo aos objetos sensíveis extramentais.” (VIER, 1997b, p. 273) É do conhecimento intuitivo que passamos para um conhecimento abstrativo.

Essa perspectiva está em franca oposição àquela que defende a possibilidade do conhecimento do particular por meio do universal. Essa postura é própria dos filósofos realistas⁴ que afirmam ser o universal uma entidade provida de substância existente na realidade e de forma independente do pensamento. Não obstante, o realismo de Ockham se apresenta de forma distinta, pois é um realismo do individual. O filósofo direciona a sua atenção para o individual e o seu realismo promoverá a redução do universal a um nome. Essa perspectiva configura o nominalismo no pensamento do filósofo inglês em que, como comenta Nef, “a intelecção das coisas singulares é absolutamente primeira.” (1995, p. 77)

O conhecimento intuitivo, de apreensão do simples, é primeiro no processo cognitivo. É só por isso, que podemos, em outro momento, supor um conhecimento abstrativo. O primeiro conceito ao se referir à forma intuitiva de conhecimento nos indica que tal processo é dado de forma imediata, enquanto que a forma abstrativa do conhecimento é identificado como uma representação. (Cf. OKCHAM, 1994, p. 24) Em Ockham, fica evidente que, embora haja a distinção entre conhecimento intuitivo e abstrativo, a primazia do individual no processo do conhecimento é o elemento basilar de sua discussão.

A análise lógica feita pelo filósofo inglês o permite desonerar a realidade de entes desnecessários, essa ideia ganha expressividade no momento em que o filósofo postula uma ontologia de mundo simplificado em que o individual, o singular é o existente. A realidade é,

⁴ A tese realista postula uma independência do objeto em relação ao espírito que o concebe e postula. Para uma discussão introdutória sobre o realismo conferir: HESSEN, Johannes. *Teoria do conhecimento*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

portanto, composta por mônadas, entidades simples, essenciais e de caráter singular.

Em seu nominalismo, a *Navalha* é um pressuposto metodológico de sua simplificação ontológica tendo por base a análise lógica da linguagem; sendo assim, a lógica se apresentará como a ciência do discurso. Em suma “o axioma ontológico fundamental do nominalismo, o da existência dos particulares, deve ser compreendido a partir da doutrina occamista [sic] dos termos. [...] [Desse modo,] semântica e ontologia se pressupõe rigorosamente.” (NEF, 1995, p. 79.) O filósofo deve descrever as coisas tais como são, isto é, simples. Bem, é possível notar aqui uma relação muito próxima com as teses desenvolvidas pela filosofia analítica do século XIX e XX, mas, por ora, essa abordagem não se constitui como a nossa preocupação.

O estatuto ontológico do singular

Nesta seção vamos olhar mais atentamente para a questão do singular e perceber como o estatuto ontológico do singular é o elemento central de sua tese sobre a natureza dos termos da linguagem. Ockham, com sua análise lógica, nos apresenta duas ideias fundamentais, quais sejam: há apenas o singular que pode ser pensado a partir das categorias de substância e qualidade, e não multiplique as entidades da linguagem sem que haja necessidade. O pensador não mede esforços em reduzir as explicações sobre a realidade e tal empreendimento produz um mundo – ou uma compreensão dele – com uma quantidade mínima de coisas. Tal perspectiva nos é assegurada a partir de duas discussões: a rejeição de uma realidade substancial – portanto, de uma ontologia – dos termos universais e a consideração de apenas duas categorias no entendimento do individual.

A primeira perspectiva está inserida no contexto em que se discute a natureza dos termos universais. Para tratar com o problema dos unviersais, Ockham é enfático e nega veementemente a sua existência enquanto entidade dotada de substância. Os termos universais não são realidades que existem fora do âmbito mental. A partir disso, o universal é entendido como um conceito para significação natural e convencional dos termos da linguagem. Os termos universais são instrumentos de organização da linguagem e, sendo assim, destituído de qualquer estatuto ontológico, o universal deve ser postulado apenas enquanto instância de significação, isto é, pela possibilidade de sua substituição em uma proposição, pois ele é, representacionalmente, signo de vários singulares. Diz Ockham:

Qualquer universal é verdadeira e realmente um singular: pois assim como

qualquer palavra, tão comum como seja por instituição, é verdadeira e realmente singular e uma em número, pois é uma e não várias, assim uma intenção da alma, que significa várias coisas fora dela, é verdadeira e realmente singular e uma em número, pois é uma coisa e não várias, ainda que signifique várias coisas.⁵ (1994, p. 64)

A partir dessa questão, vemos que o filósofo se recusa a admitir que os termos universais tenham existência fora do mental, pois não há uma relação correspondencial entre conceitos de caráter abstrato e objetos singulares na realidade. O programa de redução das entidades da realidade tem por objetivo promover um enfrentamento com as discussões de realistas moderados. Segundo o filósofo, as teses apresentadas por esses autores contradizem logicamente a natureza de Deus e, com isso, não possuem consistência, portanto, algo impróprio como tese filosófica. Fundamentalmente temos a seguinte ideia: se um conceito universal é comum a indivíduos, então Deus não poderá destruir um singular sem destruir os demais, pois Deus não pode fazer nada que esteja fora das possibilidades lógicas.

Usando o exemplo de um conceito universal temos a seguinte formulação: se o conceito universal *Homem* é comum a todos os *homens* individuais, então não é possível que ao menos um *homem* individual seja destruído sem que haja a destruição dos demais. Por outro lado, caso Deus queira destruir o universal *Homem*, necessariamente estará destruindo todos os singulares. Ora, “palavras [significam] coisas individuais.” (ASHWORTH, 2008, p. 109) Disso se segue a intuição de Ockham, qual seja, a de que só existe o singular. Além disso, o singular deve se comportar de forma independente em relação a outro, como uma espécie de mônada.

A monadologia ockhamiana, explicitada a partir do estatuto ontológico do singular, permite ao filósofo excluir de Deus o princípio da contradição, visto que o único princípio que não se aplicaria a Deus seria esse. Embora Deus seja onipotente, ele não tem o poder de construir algo maior que Ele ou de transgredir os princípios lógicos, a lógica O limita. No fundo, essa discussão, apresenta uma importante ferramenta para dissolver contradições lógicas. No centro da análise lógica que permite ao filósofo postular a sua ontologia de mundo está o princípio da não-contradição. Sabendo disso tudo, temos a ideia de que Deus estaria apto a destruir qualquer entidade singular contingente, mas preservando a existência das demais. O universal, para Ockham, existe apenas na alma, isto é, são entendidos como uma intencionalidade da alma e por isso não são entidades que existem no mundo.

⁵ Tradução nossa: “Cualquier universal es verdadera y realmente un singular: pues así como cualquier palabra, tan común como sea por institución, es verdadera y realmente singular y una em número, pues es una y no varias, así una intención del alma, que significa varias cosas fuera [de ella], es verdadera y realmente singular y una em número, pues es una cosa y no varias, aunque signifique varias cosas.

A segunda perspectiva diz respeito ao entendimento do *Venerabilis* a respeito da lógica aristotélica, especificamente a questão das categorias ou predicados (Cf. OCKHAM, 1994, p. 143). A partir de uma abordagem tradicional, as predicacões são tomadas como possibilidades de classificação de coisas e ao relacionamos sujeito, cópula e predicado produzimos um juízo. Isso quer dizer que, a formulação de juízos por meio das categorias nos obriga a um compromisso com essas mesmas entidades, uma espécie de compromisso ontológico em que somos obrigados a postular sua existência real. O filósofo inglês não assume essa postura, pois, para ele, as categorias não são modos de classificação de objetos fora da mente, mas palavras que se referem a conceitos mentais. Nesse caso podemos dizer que as palavras significam objetos fora da mente, mas a diferença de palavras não representa qualquer distinção das coisas significadas. Embora haja uma distinção de palavras nas categorias, não há distinção entre as coisas significadas. Outro precedente se abre na argumentação do filósofo ao tratar com essa questão, qual seja, o postulado de redução das categorias em duas (Cf. BOTTIN, 2000, p. 317), visto que, em certa medida, a análise lógica tem indicado a não necessidade das demais.

A interpretação de Ockham a respeito das categorias aristotélicas e sua proposta de redução dessas mesmas categorias em duas – substância e qualidade – o permite sustentar que só as coisas singulares são realmente existentes. As duas categorias o faz assumir uma espécie de compromisso com as entidades singulares. Somente substância e qualidade são admitidas na significação de entidades existentes. Postular as demais categorias e querer que elas signifiquem algo na realidade é sem sentido, desnecessário e, por isso, nos traria mais problemas. Vemos com isso que a análise lógica se configura como um instrumento eficiente na estratégia racional de demonstrar que qualquer forma de realismo ontológico para conceitos universais é um absurdo. Nessa perspectiva, Gilson, interpretando Ockham, nos expõe que “as proposições verdadeiras se reduzem a palavras que sempre significam, afinal de contas, seres reais e particulares.” (1995, p. 804). É possível, a partir dessas considerações, e muitos interpretes do filósofo inglês trabalham com essa hipótese, sinalizar que a ciência moderna é devedora da lógica ockhamiana na medida em que essa apresenta a ideia de que a explicação mais simples e objetiva é a que deve ser assumida como hipótese de trabalho.

Ao defender a ideia de redução de termos e trabalhar com as entidades a partir de duas categorias, o filósofo nos demonstra a não necessidade de compromisso com certas entidades, os universais, e nesse caso, as demais categorias. O compromisso a que nos referimos, não podemos esquecer, é o ontológico, isto é, afirmar a existência real do objeto em questão – o universal. Aqui nos aproximamos do objetivo da *Navalha*, a não multiplicação dos entes sem

que haja necessidade. Em suma, o estatuto ontológico dos entes no pensamento de Guilherme de Ockham deve ser entendido a partir da admissão da existência real somente do singular e da rejeição da existência na realidade do universal. A tese de que existe apenas o singular nos permite dizer que, sua análise lógica, o conduz, invariavelmente, a uma monadologia, visto que o singular existe essencialmente e em si mesmo.

A teoria da significação: esboço da semântica do singular

À luz da investigação que seguimos anteriormente, vamos apresentar alguns elementos presentes na análise lógica de Ockham para se pensar como é possível significar os termos singulares sem que sejamos levados a postular um estatuto ontológico de existência real para entidades universais. Uma teoria da significação – ou doutrina semântica – nos permite organizar um sistema linguístico que nos dê um acesso adequado ao mundo. Contudo, o trabalho se torna mais sutil quando temos em nosso horizonte uma ontologia do singular, como é a do pensador inglês, pois requer um trabalho minucioso, tendo em vista que excluimos qualquer possibilidade de trazer à tona entidades novas ou afirmar a existência de outras que não aquelas tomadas a partir das categorias da substância e da qualidade.

Para organizar o trabalho é necessário saber que “há alguns nomes que são meramente absolutos e outros são conotativos⁶” (OCKHAM, 1999, p. 48). Essa distinção caracteriza, em certa medida, a centralidade de sua doutrina semântica para o seu postulado sobre a existência do singular. Isto é, perceber que os nomes se comportam de modos distintos nas situações ao se referir às coisas da realidade que são, única e exclusivamente, singulares. Essa ideia é interessante, especialmente quando a tomamos a partir de uma perspectiva da filosofia da linguagem contemporânea ao tratar da relação sintático-semântica da linguagem. É necessário, para se interpretar uma estrutura sintática, uma semântica adequada, que trate de forma suficiente com as estruturas sígnicas do sistema, no sentido de permitir uma significação das expressões e, por conseguinte, produzir expressões bem formadas da linguagem.

Os termos absolutos, segundo Ockham, se caracterizam por significarem primariamente, quer dizer isto que esses termos substituem diretamente a coisa, pois nos remete a ela. A significação veiculada por termos absolutos é tomada a partir da capacidade desses termos em representar as coisas diretamente. Com isso, temos que esses termos são predicados

⁶ Tradução nossa: “Hay que saber que de lós nombres algunos son meramente absolutos, otros son connotativos.”

verdadeiros daquilo que significam pelo fato de que, por meio deles, supomos que as coisas singulares são indicadas. Essa perspectiva é pontuada na *Suma de Lógica* de modo que, para termos absolutos, não pode haver uma significação primária e secundária, vejamos o que o filósofo nos diz a respeito dos termos absolutos:

São meramente absolutos aqueles [termos] que não significam algo primariamente e outra coisa ou a mesma secundariamente, senão que qualquer coisa que se significa por aquele nome, se significa do mesmo modo primário, assim como é claro deste nome ‘animal’ que não significa senão bois, asnos e homens, e assim com os demais animais, e não significa um de um modo primário e outro de modo secundário.⁷ (OCKHAM, 1999, p. 49)

Os termos categorimáticos – ou seja, aqueles termos que definem especificamente alguma coisa – absolutos são atribuídos a apenas dois tipos de nomes: próprios e comuns. Tomando por base essas considerações, podemos apontar que o termo absoluto é aquele que predica algo na realidade; sendo assim ele não pode supor, ou seja, não pode substituir outra coisa na proposição senão a própria coisa, visto que é somente a ela que ele está se referindo. Por exemplo, nas seguintes proposições: “O cachorro é um mamífero”; “Rex é um cachorro” e “É possível que alguns cachorros sejam amarelos” o termo “cachorro” só pode ser tomado como predicado do seu significado, portanto, dos cachorros singulares. É por isso que, para Ockham, o termo absoluto, nesse caso, “cachorro” significa de forma primária e igual todos os casos particulares de cachorros e apenas eles.

Tendo isso como nosso horizonte, notamos que os termos absolutos se apresentam a partir de uma definição real, dito de outra forma, são definições que expressam e promovem um conhecimento da natureza do objeto definido sem margem para suposições extrínsecas (externas, alheias) às coisas. (Cf. OCKHAM, 1999, p. 109) Sendo assim, em estados complexos do aparecimento dos termos absolutos, há uma espécie de definição essencial do singular em que estabelecemos a que gênero pertence a coisas e quais são os elementos essenciais que nos permitirão qualquer diferenciação. Em suma, o termo absoluto nos indica uma espécie de definição dada e que em quaisquer circunstâncias é à sua definição que ele corresponde, sendo assim, não pode ser tomado por uma definição secundária. Outras questões, contudo, estão relacionadas a essa discussão como, por exemplo, a distinção entre definição natural e definição

⁷ Tradução nossa: “Son meramente absolutos aquellos que no significan algo principalmente y otra cosa o lo mismo secundariamente, sino que cualquier cosa que se significa por aquel nombre, se significa del mismo modo primario, así como es claro deste nombre ‘animal’ que no significa sino bueyes, asnos y hombres, y así con los demás animales, y no significa uno de un modo primario y otro de un modo secundario.”

metafísica, mas não elucidaremos pormenores, uma vez que, para o trabalho que nos propusemos, tratamos de forma suficiente do termo absoluto para explicitarmos a ideia de que ele significa a coisa singular primariamente.

Os termos conotativos, por outro lado, além de ter uma definição primária eles também significam secundariamente ou conotativamente. Noutros palavras, os termos conotativos podem ser tomados a partir de uma relação de hierarquia, pois podem ser entendidos duplamente, isso quer dizer que eles assumem um aspecto dual na sua significação. Além de significar aquilo que eles significam, isto é, aquilo que substituem, os termos conotativos tem uma propriedade de significação secundária que, tecnicamente, pode ser tomado como uma referência a propriedades implícitas de alguma coisa. Ockham nos apresenta esses termos da seguinte maneira:

Mas um nome conotativo é aquele que significa algo primariamente e secundariamente. E tal nome tem propriamente uma definição nominal, e com frequência é preciso estabelecer um dos termos daquela definição no caso nominativo e outro no caso obliquo. Assim como deste nome 'branco', pois 'branco' tem uma definição nominal, em que a expressão se coloca no nominativo e a outra no caso obliquo. Assim, se perguntas que significa este nome 'branco', respondes que aquele mesmo que toda essa oração 'algo informado pela brancura' ou 'algo que tem brancura'. E é claro que uma parte dessa oração se coloca no nominativo e outra em um caso obliquo.⁸

O termo conotativo significa também primariamente, mas é próprio dele a significação secundária. Os termos conotativos são semelhantes aos termos absolutos na significação primária, pois substituem a coisa na proposição exatamente por supô-la. No entanto, os termos conotativos tem o caráter de predicar o significado para além da significação primária. Isso quer dizer que, quando os termos conotativos aparecem é possível que em algum momento da nossa consideração não veremos uma significação objetiva da coisa pelo fato de que, a pressuposição desses termos, é indicativo de uma impossibilidade de substituição da coisa pela termo.

Isso, no entanto, não altera a nossa percepção da realidade, visto que os termos conotativos traduzem certas propriedades que estão implícitas no objeto, mas não são, efetivamente, o objeto. Por exemplo: o termo "mãe" é o significado primário de todos os

⁸ Tradução nossa: "Pero un nombre connotativo es aquel que significa algo primariamente y algo secundariamente. Y tal nombre tiene propriamente una definición nominal, y com frecuencia es preciso establecer uno de los términos de aquella definición en caso nominativo y otro en caso obliquo. Así como de este nombre 'branco', pues 'branco' tiene una definición nominal, en la que una expresión se coloca en nominativo y otra en un caso obliquo. Así, si preguntas qué significa este nombre 'branco', respondes que aquello mismo que toda esta oración 'algo informado por la blancura' ou 'algo que tiene blancura'."

indivíduos em que é possível afirmar a verdade da proposição: “Essa é a mãe”. Tal afirmação pode ser atribuída aos casos de indivíduos (singulares) que são mães. O termo ‘mãe’ faz com que tomemos os indivíduos que estão em relação a ele, os filhos. Nesse sentido, há uma significação secundária do termo. Os termos conotativos significam primariamente, pois supõe por algo predicativamente e significam de modo secundário, pois nos remete a uma instância não objetiva da predicação de uma coisa.

O trabalho de Ockham em distinguir termos absolutos e conotativos assegura uma semântica adequada para sua ontologia do singular. Especialmente a investigação a respeito dos termos conotativos auxilia na sustentação do seu projeto de economia das entidades. Os termos absolutos, de uma perspectiva objetiva e, portanto, empírica, significam as coisas como elas se apresentam. Já os termos conotativos possuem esse caráter duplicado da significação na medida em que estabelecemos relações que extrapolam o âmbito da singularidade das coisas da realidade.

Considerações Finais

Ockham com suas discussões contribui significativamente para a mudança de mentalidade do medievo. Tanto é verdade que é unânime entre os historiadores da filosofia que o pensador é o último dos medievais e o primeiro dos modernos. Isso se deve em grande medida às teses do seu nominalismo e ao pressuposto metodológico que trás à tona essas mesmas teses, a *Navalha de Ockham*.

A partir disso, a nossa breve investigação apresentou como a lógica terminista do filósofo configura a ontologia dos entes singulares. Desse modo, a realidade, na perspectiva da de Guilherme de Ockham, é composta por mônadas – entidades essenciais, simples e de caráter singular.

O nosso percurso identificou que o universal é consequência do conhecimento das coisas particulares, visto que, só é possível postular o universal por meio da generalização dos particulares existentes. Por esse motivo, o conhecimento de uma coisa é dada objetivamente pelo seu modo de ser na realidade, isto é, singular. É tomando a ideia de não multiplicação dos entes sem que haja necessidade como pressuposto metodológico que o filósofo, por meio de uma análise lógica da linguagem, nos apresenta sua tese a respeito do particular e, por consequência, sua crítica ao problema dos universais.

As categorias aristotélicas, nesse ínterim, serão reduzidas em duas – substância e

qualidade. Ao final o pensador nos leva a perceber que não há necessidade de compromisso ontológico com certas entidades, dentre elas as outras oito categorias do *corpus* aristotélico. A tese de que existe apenas o singular nos permite dizer que, sua análise lógica, o conduz, invariavelmente, a uma monadologia, visto que o singular existe essencialmente e em si mesmo.

Com isso, é possível considerar que a análise lógica de Ockham estabelece efetivamente os limites daquilo que pode ser dito a respeito das coisas que existem no mundo. Há, a partir desse pressuposto, uma similaridade na discussão feita por Wittgenstein em seu *Tractatus*, mas essa é uma discussão para outra pesquisa. De fato, não é em vão que alguns interpretes apontam para as influências do *Venerabilis* nas discussões da filosofia analítica do século XIX e XX.

Referências

- ASHWORTH, E. J. Linguagem e lógica. In: MCGRADY, A. S. **Filosofia Medieval**. Aparecida: Ideias&Letras, 2008.
- BOTTIN, Francesco. La scienza secondo Guglielmo di Ockham. In: DE BONI, Luis Alberto (ORG.). **A Ciência e a organização dos saberes na Idade Média**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- GILSON, Etienne. **A filosofia na Idade Media**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- HESSEN, Johannes. **Teoria do conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- NEF, Frédéric. *A linguagem: uma abordagem filosófica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- OKCHAM, Guillermo de. **Suma de Lógica**. Trad. Alfonso Flórez Flórez. Bogotá: Editora Consuelo Gaitán Gaitán, 1994.
- VIER, Raimundo. A “Navalha de Ockham”. In: GARCIA, Antonio (ORG.). **Estudos de Filosofia Medieval: A obra de Raimundo Vier**. Petrópolis: Vozes, 1997a.
- VIER, Raimundo. Ockham e os tempos modernos. In: GARCIA, Antonio (ORG.). **Estudos de Filosofia Medieval: A obra de Raimundo Vier**. Petrópolis: Vozes, 1997b.